

TENSÕES DISCURSIVAS: A FORMAÇÃO CIDADÃ COMO ARTICULAÇÃO EM CURRÍCULOS UNIVERSITÁRIOS

Amanda Nogueira Lessa¹

¹Doutoranda em Educação pela UERJ, Rio de Janeiro - Brasil - amandanlessa@gmail.com

Resumo

Este artigo investiga as múltiplas concepções de cidadania mobilizadas nos Projetos Políticos de Curso (PPC) de licenciatura em Ciências Biológicas, visando discutir como tais concepções se articulam à constituição da identidade docente. Fundamentado na Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, o estudo adota uma abordagem pós-estruturalista, reconhecendo a cidadania como um significante flutuante, cujos sentidos são contingentes e disputados no campo curricular. A cidadania, nesses documentos curriculares, aparece vinculada a quatro grandes eixos: (i) práxis crítica e sociopolítica; (ii) inclusão, acesso e permanência no ensino superior; (iii) alfabetização científica e relação com Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS); e (iv) orientação humanista e ética. Tais articulações indicam diferentes lógicas discursivas presentes nos processos formativos, demonstrando a heterogeneidade de sentidos relacionados à formação cidadã. Verificou-se que, embora a cidadania seja considerada relevante para a formação da identidade docente, sua significação varia de acordo com os objetivos institucionais e os contextos sociopolíticos sob os quais cada Universidade está inserida. A identidade docente, assim, não possui uma essência fixa, mas constitui um campo discursivo marcado por disputas hegemônicas. Ao tensionar a noção de cidadania com a teoria pós-fundacional, argumento que a formação de professores é um processo que envolve uma série de antagonismos, negociações e instabilidades constitutivas.

Palavras-Chave: Identidade docente. Cidadania. Projeto Político de Curso. Formação de professores Teoria do Discurso

1. Introdução

Historicamente, as políticas curriculares são impactadas por disputas em torno dos sentidos atribuídos à identidade docente, sobretudo em cenários de reformas educacionais que tensionam os objetivos escolares e os fundamentos que orientam os cursos de licenciatura. Nesse cenário, emergem discursos que operam deslocamentos dessa identidade, a qual, atualmente, tendem a alinhá-la à formação crítica e emancipatória. No entanto, apesar das tentativas de estabilização, toda fixação de sentido é sempre provisória e passível de contestação (Lopes, Craveiro, 2015).

Diante disso, os documentos curriculares institucionais, como os Projetos Políticos de Curso (PPC), tornam-se espaços privilegiados de produção de sentidos sobre a identidade docente,

funcionando como reguladores de determinados entendimentos sobre educação, cidadania e profissionalização. Considerando a autonomia didático-administrativa de que gozam as universidades, é possível identificar concepções ora conflitantes, ora convergentes, importantes para o entendimento das disputas por sentidos.

Esse trabalho objetiva investigar os discursos curriculares que incidem sobre a identidade docente, com foco empírico em sete Projetos Políticos de Curso (PPC). Na abordagem aqui apresentada, adota-se a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015) como referencial teórico-metodológico, inserindo a análise em uma perspectiva pós-estruturalista. Será possível, assim, discutir sobre como esses documentos curriculares participam da constituição da identidade docente a partir dos sentidos atribuídos à noção de cidadania e, em termos pós-estruturalistas, repensar o papel dos documentos curriculares na formação de professores, temática que pretendo discutir na minha tese de doutorado. Tal proposta, então, articula-se com a tese de doutorado em andamento, que busca, além da investigação da Educação Ambiental, problematizar o campo das políticas curriculares no que tange à formação de professores, à luz das contribuições pós-estruturalistas.

Os PPC utilizados focam em cursos de formação de professores de Ciências e Biologia de Universidades Federais. As outras razões para a seleção dos documentos foram: abranger toda a região sudeste do Brasil, a atualidade dos documentos (2016 - 2022) e a sua disponibilidade no sítio eletrônico da Instituição de Ensino Superior (IES).

A investigação aqui proposta iniciará pela releitura dos sete Projetos Políticos de Curso, listados na Tabela 1. Esses documentos serão abordados como artefatos discursivos, onde se travam intensas disputas pelos sentidos atribuídos à identidade docente. Esse percurso é crucial, pois ao revisitarmos um material, podemos extrair dele novas e diferentes interpretações.

Tabela 1 - Quantitativo de IES pesquisadas e as UFs as quais pertencem

UF	Quantidade de IES pesquisadas
RJ	2
MG	2
ES	1
SP	2
Total	7

Fonte: elaborada pela autora

Nesse movimento, o ponto central será identificar os significantes relacionados à cidadania presentes nos Projetos Políticos de Curso, buscando articulá-los à discussão sobre a constituição da identidade do docente em formação. Com isso, busca-se investigar: que tipo de professor se pretende formar? Quais características são priorizadas? Quais saberes pedagógicos são valorizados? Quais saberes pedagógicos são marginalizados? E, sobretudo, de que formas os sentidos atribuídos à cidadania informam e tensionam os projetos de formação de professores e, por extensão, a própria Educação Básica?

2. Desenvolvimento

Nesta seção, são discutidos os resultados da análise documental dos sete Projetos Políticos de Curso (PPC) de licenciaturas em Ciências Biológicas, organizados a partir das principais articulações discursivas identificadas em torno da noção de cidadania. O foco é evidenciar como diferentes sentidos atribuídos a esse significante tensionam a constituição da identidade docente no âmbito da formação inicial de professores de Ciências e Biologia.

2.1. As múltiplas concepções de cidadania nos PPC: tensões discursivas

À luz da Teoria do Discurso, a cidadania se apresenta como um *significante flutuante*, cujos sentidos variam segundo a proposta formativa de cada Instituição de Ensino Superior. Nessa seção, apresento as concepções de cidadania identificadas nos textos curriculares e discuto as tensões que incidem sobre a constituição da identidade docente a partir dessas diferentes interpretações. Os resultados estão organizados em quatro eixos, os quais caracterizam as principais formas de formação cidadã presentes nos PPC. Basicamente, observou-se que a cidadania é mobilizada em associação a: (i) questões emancipatórias e sociopolíticas; (ii) inclusão, acesso e permanência no ensino superior; (iii) vínculos entre Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e alfabetização científica; (iv) uma orientação humanista e ética da formação docente. Cada um desses eixos será apresentado com uma breve discussão de como tais concepções contribuem para a produção de sentido e para as disputas em torno da identidade docente.

2.2. Formação cidadão como práxis crítica e sociopolítica

A leitura dos Projetos Políticos de Curso demonstrou que um dos tópicos mais relevantes para a problematização da cidadania nesses currículos é a sua ancoragem na práxis crítica e

sociopolítica. Esses ideais são configurados discursivamente diante do desejo de transformar a realidade, visando o alcance de uma sociedade justa e democrática. O licenciando é incentivado a se responsabilizar pelo próprio processo formativo, desenvolvendo consciência crítica acerca do seu papel enquanto formador de cidadãos autônomos, em especial em uma perspectiva socioambiental.

Termos como “educação como ato político”, “formação socialmente contextualizada” e “responsabilidade social” são incorporados a cadeias discursivas que buscam consolidar uma visão de cidadania vinculada à atuação situada e reflexiva. Assim, a formação de professores extrapola a lógica da obtenção de competências e habilidades, assumindo um papel político e socialmente engajado.

Essa visão de educação e docência pode ser observada na epígrafe atribuída a Paulo Freire presente em um dos PPC analisados, a qual prepara o leitor para as concepções subjacentes à proposta educacional que será apresentada:

“A educação é um ato político. Não há prática educativa indiferente a valores. Ela não pode ser indiferente a um certo projeto, desejo ou sonho de sociedade. Ninguém é educador por simples acaso. Ninguém forma por formar. Há objetivos e finalidades, que fazem com que a prática educativa transborde dela mesma. (IES 1, p.2)”

Esse excerto evoca a máxima defendida por Paulo Freire e diversos outros teóricos críticos da Educação (Saviani, 2008, p. 45; Libâneo, 2002; Gadotti, 2000): a de que não há educação neutra, despida de valores e ideologias. O trecho delinea os marcos identitários do PPC, principalmente quando o associa a um projeto de sociedade, conferindo-lhe um caráter reflexivo e transformador ao perfil do professor de Ciências/Biologia. Embora, a parte final fale sobre um transbordar da prática educativa, sugerindo uma ruptura, o texto dialoga de forma mais direta com uma perspectiva crítica, em sentido clássico, do que com uma perspectiva pós-crítica.

A partir da perspectiva pós-estruturalista, com base principalmente em Mouffe (2015), rejeita-se a ideia de neutralidade na educação, argumentando que tal visão mascara os antagonismos sociais em nome do racionalismo e da universalidade da razão. Acreditar em consensos perfeitamente realizáveis elimina a necessidade de conflitos, ocultando as disputas hegemônicas e invalidando a democracia como espaço de dissensos e contrapontos. Ao recusar o conflito como elemento inerente ao social, acaba-se por ocultar tensões e as hegemonias em ação, contrariando a própria ideia de democracia.

Nesse sentido, a distinção proposta por Mouffe entre *a política* e *o político* é importante para a discussão da dimensão conflitual da educação. “A política” está associada ao nível ôntico, enquanto “o político” se refere ao nível ontológico e “isso significa que o ôntico tem a ver com as diferentes práticas da política convencional, enquanto o ontológico refere-se precisamente à forma

em que a sociedade é fundada” Mouffe (2015). Assim, a educação transcende decisões meramente pedagógicas, normativas ou curriculares, inserindo-se em um campo de disputas sobre os quais concepções de mundo serão privilegiadas e de quais identidades serão reconhecidas. É nesse sentido que a educação realmente não pode ser considerada neutra, pois se configura como uma prática social imersa em relações de poder e conflitos políticos. Promover a democracia, assim como a cidadania, implica reconhecer e acolher os conflitos intrínsecos às disputas políticas, compreendendo que a divergência de ideias é parte constitutiva do social.

Todavia, relações que se resumem a amigos/inimigos ou nós/eles não são o bastante para assegurar processos políticos verdadeiramente democráticos. Para Mouffe, as relações políticas precisam acontecer de forma com que as partes envolvidas reconheçam a legitimidade dos seus “adversários”, ou seja, reconheçam o outro como digno de convivência social e não como inimigos a serem extirpados. Não se trata de eliminar os conflitos ou o antagonismo, mas de possibilitar que a cidadania e os processos democráticos encontrem terreno fértil para constante renovação em uma realidade transitória e instável. A esse tipo de relação a autora chamou de *agonismo*.

Eles são "adversários", não inimigos. Isso quer dizer que, embora em conflito, eles se consideram pertencentes ao mesmo ente político, partilhando um mesmo espaço simbólico dentro do qual tem lugar o conflito. Poderíamos dizer que a tarefa da democracia é transformar antagonismo em agonismo (Mouffe, 2015, p. 19).

Sob uma lógica agonística, o social não se reduz a dicotomias superficiais, como esquerda/direita ou bons/maus, mas é constituído por múltiplas possibilidades de construção política. Reconhecer que diferentes visões de mundo podem se defrontar de forma legítima em um mesmo ambiente democrático é o que pode permitir à educação lidar com os impasses sociais de forma mais harmônica, como aspectos da pluralidade que compõem o social, e não obstáculos à coexistência (Grützmann; Bonin, 2023). Assim, em vez de eliminar as diferenças em nome de um consenso abstrato, a educação deve se assumir como território de negociação permanente, o que a aproxima de uma concepção democrática de cidadania.

A ausência de consensos também se manifesta na esfera da identidade dos sujeitos, na tentativa de romper com quaisquer tipos de essencialismos. Aplicada à docência, essa noção permite reconhecer a identidade docente como contingente, em incessante negociação com as demandas sociais e com as relações de poder construídas a partir das articulações realizadas. Assim como a identidade docente, a noção de cidadania também é plural, já que não existe uma concepção incontestável e imutável (Mouffe, 2003).

A articulação do conceito de cidadania com a formação do professor político se faz presente em todos os sete PPC analisados, sendo mais proeminente em dois deles. A cidadania parece, assim,

se tratar de um eixo estruturante da formação docente na atualidade. Espera-se que o egresso atue orientado por valores como direitos humanos e justiça social, posicionando-se como mediador de divergências e agente na superação de dificuldades.

Embora haja essa preocupação com a formação de um professor-cidadão crítico, é possível perceber também que apesar das definições enraizadas, o caráter democrático do licenciando não é fixo, mas sempre aberto a possibilidades que escapam à antecipação e à oficialização curricular. Qualquer tentativa de fixação de identidade pode enclausurar outras formas de agência e pensamento, ignorando a essência contingente e relacional da identidade docente. A formação cidadã do professor como sujeito politizado caracteriza-se, assim, como horizonte em permanente disputa.

2.3. Formação cidadã como inclusão, acesso e permanência universitária

Outro aspecto relevante identificado na leitura dos Projetos Políticos de Curso diz respeito à ligação entre cidadania e a democratização do ensino superior, notadamente no que se refere às políticas de assistência estudantil. Em alguns trechos, é possível identificar a preocupação institucional com a “permanência dos discentes com ações relacionadas a políticas de reserva de vagas, de assistência estudantil, de inclusão de estudantes portadores de deficiências” (IES 3). A cidadania, nesse sentido, ultrapassa a esfera ético-política individual — normalmente atribuída ao licenciando — para se inserir em uma dimensão institucional que reconhece as desigualdades estruturais, assumindo certa responsabilidade pela promoção da equidade no espaço universitário.

A universidade, ao adotar tal concepção de cidadania, coloca-se como um agente político em torno da formação da identidade docente. Reconhece, assim, que a identidade docente é uma questão multifacetada, indo além do enfoque conteudista e técnico-científico, assumindo o compromisso de promover ações que criem um ambiente acolhedor, com condições efetivas para a aprendizagem e participação na universidade. A formação cidadã emerge, então, como um compromisso institucional através da democratização do acesso ao ensino superior. A cidadania, nesses termos, é articulada como um direito coletivo, institucionalizado e apoiado por políticas públicas de inclusão. Como argumenta Dubet (2015), a democratização do acesso às universidades não pode depender exclusivamente das famílias ou dos indivíduos interessados, mas requer a intervenção da própria estrutura administrativa do sistema educativo. A condição socioeconômica desfavorável ainda é o principal fator de afastamento do ensino superior, e, por isso, o oferecimento

de bolsas, auxílios e outros mecanismos de suporte são boas estratégias para minimizar esse problema, ainda que não o extinga definitivamente.

Essas políticas, muitas vezes, representam a única possibilidade concreta para que alunos de baixa renda consigam concluir seus cursos, evidenciando uma articulação política que reconhece e enfrenta as desigualdades econômicas. A cidadania, assim, distancia-se de uma noção abstrata e individualista da “formação do sujeito politizado”, e passa a ser concebida como uma construção coletiva, respaldada por garantias institucionais. Ao adotar essa concepção de cidadania, a universidade compromete-se com a criação de condições materiais que possibilitem tanto o ingresso quanto a permanência daqueles que, ao superar inúmeras barreiras, conseguiram acessar o ensino superior.

Com isso, evidencia-se uma diferença significativa na concepção de cidadania na formação docente em relação à seção anterior: o foco desloca-se da subjetividade do licenciando para a atuação política da IES, enquanto instituição formadora. Ao conectar cidadania a permanência universitária, os PPC produzem sentidos que aproximam o papel do professor da missão institucional. Essa diferença demonstra como o conceito de cidadania, enquanto significante flutuante, pode ser engajado de formas variadas, configurando múltiplas articulações discursivas nos Projetos Políticos de Curso.

2.4. Formação cidadã em diálogo com Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e alfabetização científica

No campo da educação científica, a CTS emergiu como desafio de conciliar a formação de cientistas com a preparação de cidadãos engajados socialmente. Era, pois, prioritário o desenvolvimento do potencial social dos alunos com base em seus conhecimentos científicos, em vez de apenas promover a acumulação de conhecimento acadêmico. A cidadania é, portanto, fortalecida quando a educação científica prioriza o emprego crítico do conhecimento na participação social dos indivíduos, em detrimento de uma visão exclusivamente positivista e descontextualizada da Ciência (Aikenhead, 2003).

Duas Instituições de Ensino Superior, entre as analisadas neste trabalho, apresentaram uma visão de cidadania vinculada à perspectiva CTS e a termos como “educação científica”, “alfabetização científica e tecnológica” e “senso ético e científico”. A IES 4, por exemplo, afirma que alfabetização científica constitui-se de “articulações com a cultura e a construção da cidadania”. Já a IES 5, na seção que apresenta as competências esperadas dos licenciandos, estabelece que o futuro professor deve seja capaz de “propor núcleos educativos destinados ao exercício da cidadania

com base nas contribuições de educação científica e tecnológica”. Em relação ao processo de ensino e aprendizagem, a mesma universidade considera que:

A esse respeito, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN/1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Editados pelo Ministério da Educação) são claros, quando afirmam que o ensino das ciências da natureza deve promover a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, levar o educando a compreender a ciência como construção humana relacionando o conhecimento científico com a transformação da sociedade e promover a preparação básica para o trabalho e a **cidadania** do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico (IES 5).

Além disso, a cidadania também está vinculada às ementas em disciplinas relacionadas a metodologia de ensino e à educação ambiental. Nesses casos, as discussões estão relacionadas a proporcionar ao alunado os conhecimentos técnicos e ambientais necessários, mas também uma compreensão ampliada das dimensões sociais e políticas. Assim, a construção da cidadania está atrelada à capacidade do professor de estimular a participação ativa dos alunos no desenvolvimento dos seus próprios conhecimentos, reconhecendo a Biologia como ciência em contínua transformação.

A cidadania emerge, nesses casos, como ponto articulador de discursos sobre alfabetização científica, ética e responsabilidade social, compondo uma rede complexa de sentido sobre o que significa ser professor de ciências/biologia. Tal identidade docente é construída na interação entre os atores sociais da escola ou universidade, os saberes compartilhados por esses agentes e os contextos socioculturais presentes nessa realidade.

As diretrizes universitárias e as ementas curriculares propõe uma identidade docente permeada por discursos que articulam ciência, ética e cidadania como eixos estruturantes da formação universitária. Trata-se de uma construção discursiva contingente, na qual significantes como “alfabetização científica”, “ciência e tecnologia” e “cidadania” funcionam como palavras-chave na disputa por hegemonia no campo educacional.

2.5. Formação cidadã como orientação humanista e ética

Nos projetos pedagógicos analisados, um ponto crucial foi a identificação da formação humanista como um pilar crucial para o desenvolvimento da cidadania. A perspectiva humanista propõe uma educação centrada no desenvolvimento integral do sujeito, comprometida com a não fragmentação da formação e com a valorização da individualidade como aspecto fundamental da constituição da identidade do professor. Nessa perspectiva, o docente é considerado como mediador

do processo de aprendizado, sendo a autonomia valorizada como crucial para a construção das habilidades e competências dos discentes. Em vista disso, as universidades precisam direcionar seus esforços no sentido de refletir sobre o papel dos docentes diante de um enfoque formativo centrado nas necessidades e potencialidades dos estudantes (García, 2021).

Nos PPC das IES 6 e 7, os princípios da educação humanista estão explicitamente relacionados à cidadania, sobretudo em seções que tratam da evasão e à democratização do acesso dos estudantes à universidade. Além disso, esses documentos estão alinhados aos princípios da educação contidos no artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), cujos princípios são:

- a) ensino público, gratuito e de qualidade;
- b) igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de cursos presenciais (...);
- c) formação integral dos estudantes;
- d) garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
- e) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- f) orientação humanista e preparação para o exercício pleno da cidadania;**
- g) defesa da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceito;
- h) pluralismo de ideias e reconhecimento da liberdade como valor ético central;
- i) a assistência estudantil reconhecida como dever do Estado e como direito inalienável, incondicional e desvinculado de quaisquer aspectos meritórios dos estudantes que comprovem situação de vulnerabilidade socioeconômica segundo critérios adotados pela instituição (IES 6, p. 42-43).

A articulação entre cidadania e perspectiva humanista mobiliza sentidos acerca da constituição de uma identidade docente orientada por fundamentos éticos, democráticos e de valorização do ensino público. Ainda que os documentos não explicitem de forma objetiva o que entendem por “exercício pleno da cidadania”, os termos relacionados a ele como “defesa da justiça social” e “pluralismo de ideias” indicam uma concepção ampliada de cidadania no discurso institucional, sensível às desigualdades e às situações que resultam em exclusão no espaço universitário.

Tais expressões funcionam, portanto, como operadores de subjetivação da identidade docente, em sintonia com uma preocupação legítima, ao que parece, com as estruturas de poder que reduzem essa identidade aos seus aspectos técnicos. Esse ponto pode ser observado quando o currículo considera que a “formação humanística que lhe permita exercer plenamente sua cidadania e, enquanto profissional, respeitar o direito à vida e ao bem-estar dos cidadãos que direta ou indiretamente são alvo do resultado de suas atividades.” (IES 7).

Refere-se, assim, a um discurso que, à semelhança do encontrado em outras IES analisadas, desloca a identidade docente para além da lógica técnico-racional, inscrevendo-se em ações de

resistência e de [re]configuração da universidade como território de disputas, assinalada por antagonismos que atravessam os processos formativos. A articulação desses significantes em disputa define, contingentemente, a identidade docente almejada no interior do discurso institucional.

3. Conclusões

A investigação, baseada na Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, indicou que a identidade docente é uma construção discursiva contingente, articulada por múltiplos sentidos. Nos PPC analisados, a formação cidadã aparece como objetivo institucional orientado por princípios críticos e éticos. Esses sentidos são instáveis e atravessados por disputas hegemônicas, embora haja valorização recorrente da formação de professores comprometidos com transformação social, ética e pensamento crítico. Tal orientação dialoga com diretrizes curriculares que enfatizam a cidadania e os contextos socioculturais na formação docente.

Contudo, o campo educacional é tensionado por lógicas de normatização e racionalidade técnico-instrumental, que restringem experiências formativas voltadas à autonomia, ainda que enfrentem resistências teóricas.

A análise evidenciou que a cidadania assume significações diversas nos PPC, sendo um significante contingente em disputa. A identidade docente, portanto, configura-se como espaço simbólico instável. A abordagem discursiva permitiu superar classificações prévias e compreender a cidadania como elemento fluido, envolvido em tentativas de hegemonização nos currículos. Refletir sobre sua articulação na formação docente constitui um exercício político, pois implica disputar os sentidos que orientam a educação e a democracia.

Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – Programa de Excelência Acadêmica (PROEX).

4. Referências Bibliográficas

- AIKENHEAD, Glen. STS education: A rose by any other name. In: **A vision for science education**. Routledge, 2004. p. 59-75.
- BARRETO, Vicente. O conceito moderno de cidadania. **Revista de direito administrativo**, v. 192, p. 29-37, 1993.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília–DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024. **Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura)**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Secretaria Executiva, 29 maio 2024. Publicada no Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 104, Seção 1, p. 26, 3 jun. 2024.

CARNEIRO, Everton Nery. "NÃO TEM TÍTULO": UMA ANÁLISE DESCONSTRUCIONISTA DESSA EXPRESSÃO. **Revista Contemporânea**, v. 5, n. 1, p. e7260-e7260, 2025.

DUBET, François. Qual democratização do ensino superior? **Caderno CrH**, v. 28, p. 255-266, 2015.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, p. 03-11, 2000.

GARCÍA, Leticia Sesento. La formación humanista en educación superior. Programas de tutorías en las universidades. **Innovaciones Educativas**. vol.23 n.34 San José Jan./Jun. 2021.

GRÜTZMANN, Lidiane; BONIN, Joel Cezar. O agonismo como conceito articulador entre crise, democracia e educação. **Educação e Filosofia**, p. 1013, 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática: velhos e novos temas**. 2002.

LOPES, Alice Casimiro; CRAVEIRO, Clarissa Bastos. Sentidos de docência nos projetos curriculares FHC e Lula. **Revista e-Curriculum**, v. 13, n. 3, p. 452-474, 2015.

LOPES, Alice Casimiro. Currículo, política, cultura. **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica**, v. 1, p. 23-38, 2010.

MACEDO, Elizabeth. Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, p. 285-296, 2006.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. Coleção Primeiros Passos. 1993.

MORAES, Roque; DO CARMO GALIAZZI, Maria. **Análise textual: discursiva**. Editora Unijuí, 2007.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política & Sociedade**, v. 2, n. 3, p. 11-26, 2003.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o Político**. 1. ed. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2015. 135p.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas-SP: Autores Associados, 2008 (livro digital).